

Nada de Novo

(com. Brasil)

O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, disse há dias em São Paulo, referindo-se aos juros cobrados na economia brasileira, que há "consciência coletiva de que esse é um problema". De fato, há. Quase dois anos depois de lançado o Plano Real, os juros no Brasil continuam os mais altos do mundo.

Nada há de novo na questão dos juros, exceto o fato de que a dívida pública interna cresceu aceleradamente nos últimos meses, pela impossibilidade governamental de atacar ao mesmo tempo duas frentes distintas — reforma tributária e reforma administrativa.

Assim como não houve apetite em Brasília, não houve disposição dos governos estaduais para compreender que estão todos no mesmo barco. União, estados e municípios, tal como bancos comerciais que perderam o *float*, foram enquadrados na moldura mais ampla que é a da relativa estabilidade da moeda. Paradoxalmente a estabilidade trouxe com ela a impossibilidade de desgaspar dívidas, de transformar restos a pagar em letra morta (débitos eram corroidos pela inflação), ou de mascarar a baixa produtividade de um banco graças à apropriação indireta de recursos de terceiros (os mais pobres) aplicados em títulos públicos.

A "consciência coletiva" a que o ministro Sérgio Motta se refere deve ser colocada

em contexto mais amplo. Esse contexto é, sem dúvida, desconfortável. Fernando Henrique já desabafa em público sobre o passo lento das reformas e a dificuldade de obter consenso.

Em processo de estabilização da economia o grau de consenso está sujeito a limites. A partir de certo ponto, quem comanda a nação é, ou será, obrigado a abandonar o consenso em benefício de uma estratégia política com aliados claros que possam fazer valer aspirações da maioria. Ora, a maioria do país não foi às urnas para eleger governo que compactuasse com altos déficits públicos e constante demanda de crédito para tapar buracos. A maioria dos brasileiros elegeu o candidato que propôs liquidar a inflação e fazer a estabilidade econômica.

Para que essa proposta não caia no vazio, é preciso que o governo junte as forças e empurre uma vez mais o Brasil para a frente. Empurrar o país para a frente significa sacar contra o único consenso real, profundo e verdadeiro: ninguém quer retorno à inflação.

Existem preços a pagar. A nação pagará esses preços se sentir consistência nas propostas destinadas a conter o endividamento interno, cortar gastos, realinhar sistemas administrativos e burocráticos. Tudo isso feito, a inflação morrerá sozinha, para alívio geral.